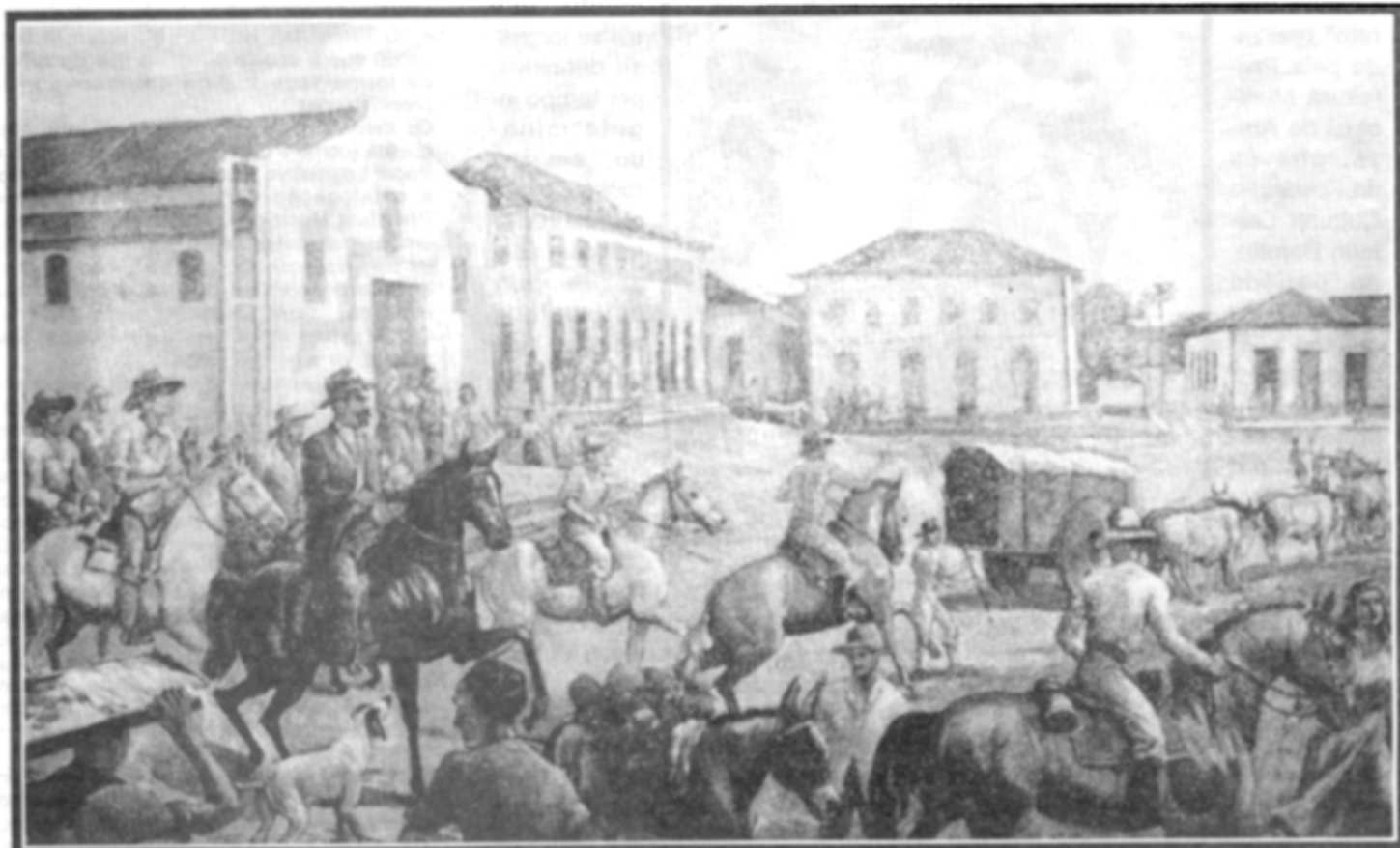


O TREM *da* HISTÓRIA

ANO 6 - Nº 21

JUL / DEZ - 96

BOLETIM INFORMATIVO DO SETOR DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO



Praça da Igreja Matriz (hoje, Praça Coronel Adolpho). Foto do óleo s/ tela de Calmon Barreto. Acervo de Adriana Colombo Barreto Silva.

OS CASARÕES DE ARAXÁ - SÉC. XIX

Os debates e lutas desenroladas na Câmara Municipal desde 1895 contribuíram para que se mantivessem ignorados os dramas e as lutas familiares que o sobrado vivenciou durante o século XIX. *Página 4.*

COMTUR

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Desde a sua criação, trabalha para a valorização das nossas manifestações culturais.

PÁG. 3

QUEM FOI QUEM

Para as mulheres nascidas no final do século XIX, ser normalista, dominar idiomas e desenvolver um talento musical eram raros privilégios. Dona Carmosina Guimarães reuniu virtudes e aptidões que fizeram dela uma mulher bem à frente daquelas de sua geração.

PÁG. 6

AS SESMARIAS

Os povoados nasciam em torno das capelas, em terras de Sesmarias. Saiba como a terra começou a ser dividida em Araxá.



E MAIS...

Fazendo História, Registro de Doações, Cartas dos Leitores.

O MUSEU CALMON BARRETO

A "Exposição Retrospectiva Póstuma de Calmon Barreto" realizada pela Prefeitura Municipal de Araxá, através da Fundação Cultural Calmon Barreto, no período entre 17 de outubro a 26 de dezembro de 1995, reafirmou a importância e o valor da obra do grande artista.

Para a concretização daquele evento o poder público uni-se à família Barreto. O restaurador e artista Fernando Barreto, irmão do homenageado, recuperou e emoldurou as pinturas de Calmon Barreto, deu nova vida aos seus desenhos, aquarelas e esculturas, sempre com o apoio imprescindível de Cordélia, a irmã também artista e herdeira do valioso acervo. A comunidade araxaense e os visitantes que puderam apreciar aquela mostra individual pública do artista fo-



Auto-retrato. Calmon Barreto.
Óleo sobre madeira. 1959.

ram unânimes em sugerir, naquele momento, que ela se tornasse definitiva, por tempo indeterminado, em um museu especialmente criado para abrigar e perpetuar toda aquela rica produção artística.

O projeto idealizado por Lygia Cardoso Maneira, presidente da Fundação

Cultural Calmon Barreto, tornou-se realidade. O prefeito Dr. Jeová Moreira da Costa viabilizou a proposta. Uma lei municipal criou o Museu Calmon Barreto e um imóvel foi adquirido e adaptado especialmente para esse fim. O acervo inicial do Museu Calmon Barreto é constituído pelas obras de pintura, escultura, numisma, desenho e literatura de autoria de Calmon Barreto, transferidas à Fundação Cultural Calmon Barreto através de comodato.

- MUSEU CALMON BARRETO -

Rua Dr. Franklin de Castro, 160

Horário de funcionamento:

2ª a 6ª das 10 às 18 horas. Sábados e domingos das 12 às 18 horas.

FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO DE ARAXÁ

Praça Arthur Bernardes, 10 - Fone: 662-1033
Ruanis: 2260, 2262 e 2263 - Fax: 662-1262 - CEP 38180-000

PRESIDÊNCIA:

Lygia Cardoso Maneira

SETOR DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO:

Glaura Teixeira Nogueira Lima

Lilian Raquel da Silva

SUPERVISÃO DE ARQUIVOS:

Maria Trindade Coutinho Resende Goulart

SUPERVISÃO DE PESQUISA:

Rossina Spinoso Montandon

SUPERVISÃO DE MUSEUS:

Ângela de Paiva Montandon

O TREM DA HISTÓRIA

EXPEDIENTE

PESQUISA E TEXTO:

Glaura Teixeira Nogueira Lima

Maria Trindade Coutinho Resende Goulart

Rossina Spinoso Montandon

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Elaine Denise Oliveira (DRT/DF 2089/80)

REVISÃO: Antônia Verçosa

LAY-OUT: Imagem Propaganda

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ

Editorial

O Setor de Patrimônio Histórico nasceu com a própria Fundação Cultural Calmon Barreto, há mais de 12 (doze) anos e, desde então, vem-se firmando diante do seu propósito de resgatar e preservar a memória histórica de Araxá. Muitos obstáculos foram e ainda são vencidos. Há um contato direto e permanente com a comunidade que participa fazendo doações, buscando informações, solicitando orientações, lendo e colecionando o "O TREM DA HISTÓRIA", enfim reconhecendo que é aquele o lugar a que ela recorre, de forma segura, para depositar as suas preciosidades.

Os setores públicos também confiam a nós a guarda (como é o caso do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e da Igreja), a organização e a catalogação de documentos (caso da Prefeitura Municipal). Atualmente, encontra-se em fase de organização o arquivo fotográfico da administração Dr. Jeová Moreira da Costa, de acordo com as normas técnicas mais indicadas. Para empresas como Arafertil e CBMM já prestamos nossos serviços nas áreas de arquivo e de pesquisas.

Com esse respaldo, conseguimos solucionar os problemas do dia-a-dia que trabalhos dessa natureza apresentam. Um exemplo, foi a bem sucedida campanha desenvolvida pela então supervisora do Museu Dona Beja, Bernadete de Lourdes Rezende Teixeira. Durante todo o tempo em que integrou a nossa equipe, Bernadete colaborou para que "O TREM DA HISTÓRIA" chegasse até os leitores. No caso do plano que pertenceu a Carmosina Guimarães, dedicou-se inteiramente para conseguir recursos financeiros necessários a sua restauração. Completamente recuperado, o plano fará parte, de agora em diante, do acervo daquele Museu. A sua história se cruza com a de sua protagonista e ambas são reveladas no Quem foi Quem dessa edição.

Outra personagem, porém de outro tempo, traz à tona dados sobre os costumes, a mentalidade, as questões sociais e econômicas do século XIX. Josefa Pereira e o seu sobrado (hoje, sede da Câmara Municipal) são temas da série que prossegue a reconstituição histórica da antiga Praça da Matriz.

Pesquisar a história a partir de antigos arquivos é sobretudo provocar análises e reflexões que integram Araxá ao âmbito do país. A questão da terra no Brasil, vista sob o ângulo local aponta a importância que a Sesmaria do Barreiro representou por contar em seus domínios com as fontes de águas minerais. Contrariando as regras do sistema de concessão de Sesmaria, a do Barreiro foi doada a vários sócios e não a um, apenas. E dentro dos limites dessa Sesmaria nasceu Araxá. Com essa temática "O TREM DA HISTÓRIA" encerra sua última edição de 1996.

SÓ COLCHÕES

TAPEÇARIA

MAIOR ESTOQUE - MENOR PREÇO

R. CAPITÃO IZIDRO, 486, ESQ. C/ N. SENHORA DA CONCEIÇÃO - FONE 661.5788 - ARAXÁ

ANTÁRTICA

DISTRIBUIDORA DE CERVEJAS ARAXÁ LTDA

Av. Amazonas, 2500
Fone: 661-3193

QUEM FOI QUEM

Carmosina Guimarães

Para as mulheres nascidas no final do século XIX ser normalista era um raro privilégio. Estudar espanhol e dominar o idioma francês era algo incomum. Para as que nasciam com dons musicais e literários eram imensamente reduzidas as possibilidades de desenvolverem esses talentos e trilharem uma carreira profissional independente da de esposa e de mãe.

Dotada dessas aptidões, algumas naturais, outras adquiridas pelas oportunidades vividas e pela vontade própria, D. Carmosina Guimarães reuniu virtudes suficientes para fazerem dela uma mulher bem à frente daquelas de sua geração.

Sua cidade é Pindamonhangaba (SP), onde nasceu em 05/11/1893. Mudou-se para Belo Horizonte com seus pais, José Francisco Correia Guimarães e Egydia Borges Guimarães (ele, um comerciante estabelecido e de nacionalidade portuguesa) e duas irmãs: Carmen e Norma.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Foi em Belo Horizonte que D. Carmosina estudou, formou-se e iniciou sua carreira no magistério. Como membro de uma equipe que trabalhou na criação de uma Escola Modelo, aos moldes de uma pioneira na Espanha, empenhou-se no estudo do idioma espanhol. Posteriormente estudou francês, piano, acordeom, bandolim, e passou a conciliar suas atividades de professora de ensino básico com as de professora de música e com as de pianista. Foi casada com Henrique Britto de Castro com quem teve três filhos: Benedito, Henrique e José. Viúva, mudou-se para Araxá, em 1927, com a família do marido. Veio transferida para o Grupo Escolar Delfim Moreira como professora. Com ela e os filhos, vieram o cunhado João Batista Britto de Castro (com quem mais tarde se casou e teve duas filhas: Maria Antônia e Egydia), as tias-avós dele (Maria Carlota e Ambrosina Camila de Britto) e o piano que a elas pertencia.

O PIANO

Esse piano havia sido transportado junto com a família Britto, em carro-de-bois, partindo de Ouro Preto em direção a Belo Horizonte, por



Carmosina Guimarães. Acervo Egydia Guimarães Fonseca.

ocasião da transferência da antiga para a nova capital mineira (1896), que agora completa cem anos.

Ele traz a marca alemã Rönish, fabricante de instrumentos de ótima qualidade durante o período compreendido entre fins do século XIX e 1939, aproximadamente, quando foi deflagrada a 2ª Guerra Mundial.

Em Araxá, a história dessa família esteve estreitamente associada à história do piano. Em torno dele, reuniam-se o pai Britto, a mãe Carmosina e os cinco filhos: Benedito, Henrique, José, Maria Antônia e Egydia. Aos sons de "Saudade de Ouro Preto", a mulher pianista homenageava o marido, natural de Ouro Preto. Em contrapartida, compôs para seu próprio prazer "Saudade de Pinda", numa alusão a sua cidade natal e que, infelizmente, não deixou registrada por escrito.

As reuniões de amigos em sua residência transformavam-se em "um assustado", uma espécie de festa improvisada. Muitos dos alunos que para lá se dirigiam em busca dos ensinamentos da arte de tocar piano tomaram-se profissionais da música. Muitos também iam à procura de aulas particulares de português, francês, matemática e outras disciplinas.

PERSONALIDADE

Dona Carmosina gostava de ler e de fazer poesias. Expressou seus dotes literários e sua vocação poética através do magistério e da maternidade, fontes de inspiração profunda (cada filho que nascia era recebido com versos especiais).

O seu tempo vivido no Grupo Escolar Delfim Moreira onde foi professora durante 33 anos e

vice-diretora no biênio 1938-1940, é lembrado com saudade e estima pelas colegas de então. Para elas, há um único perfil de Carmosina Guimarães: o de uma pessoa sempre pronta a servir, alegre, altruísta e tema.

Depois de tomar-se viúva pela segunda vez, em 1953, fez voto de pobreza e dedicou-se inteiramente à filantropia. Se Araxá não foi a terra que a viu nascer, foi, entretanto, o lugar onde Dona Carmosina trabalhou durante muito tempo contribuindo com seu talento e sua dedicação para o crescimento da cidade. Por isso, foi diplomada pela Câmara Municipal, na adminis-

tração Paulo Márcio Ferreira (1967-1971), como cidadã araxaense. A solenidade de entrega do título aconteceu em 05.11.67, dia em que completava 74 anos. Até bem próximo de sua morte em 1971, aos 78 anos, permaneceu dando lições de piano e ao que parece, lições de vida.

DOAÇÃO

No ano passado, o seu instrumento de trabalho e de realização pessoal foi doado pela família à Fundação Cultural Calmon Barreto. Com o apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Araxá e com a participação da comunidade através da compra de bilhetes de rifa, o piano foi criteriosamente restaurado por profissionais que garantem a sua excelente qualidade e a sua perfeita condição de uso.

Apartir de agora, ele irá integrar definitivamente o acervo do Museu Dona Beja. O piano de Carmosina Guimarães estará ocupando merecidamente o seu espaço ao lado do violino de Leonilda Montandon, da máquina fotográfica de Octávio Fonseca, da máquina de escrever de Zeca Montandon e da máquina de costurar de Hermantina Drummond. Todos esses objetos deram o significado à vida dos seus proprietários que, com eles, desenvolveram talentos, praticaram ofícios, produziram cultura e geraram riquezas.

Fonte:

- Egydia Guimarães Fonseca
- Maria Santos Teixeira
- Arquivos da Fundação Cultural Calmon Barreto
- Acervo da Família Egydia Guimarães Fonseca

OS CASARÕES DE ARAXÁ - SÉC. XIX

O Sobrado de Josefa Pereira



Antiga Praça da Matriz (atual Praça Coronel Adolpho) vendo-se, ao fundo, na extremidade direita, o prédio da Câmara Municipal. 1914
FCCB/SPH. 00239. Doação de Dâmaso Drummond.

A série "Os Casarões de Araxá" tem como objetivo resgatar, pelo menos do esquecimento, parte desse patrimônio cultural que não mais existe tais como: o sobrado dos "Affonsos", o do "Zeca da Cunha", o "da Franca". Esta série proporciona também aos nossos leitores a oportunidade de conhecerem a história dos casarões que ainda sobrevivem: o que hoje abriga o Museu Dona Beja, o da Câmara Municipal e o da Beja (hoje, Pensão Tormin). Estes foram preservados da destruição devido à função que desempenharam.

Estamos cientes de que, como testemunhas de um passado e até como fontes de pesquisa, esses casarões teriam o seu significado diminuído se fossem desvinculados da história dos moradores. Não são todos eles que nos oferecem subsídios suficientes para a reconstituição de suas histórias. São exemplos desses casos o "Sobradinho" e a "Casa do Mirante", dos quais temos apenas vagas referências.

Equivocadamente, alguns destes prédios tiveram suas atuais funções determinadas pelos seus supostos vínculos com figuras do passado. É o caso do Museu Dona Beja: após uma criteriosa pesquisa ficou provado que nunca pertenceu a ela.

JOSEFA PEREIRA

O sobrado que hoje abriga a Câmara Municipal foi conhecido no passado como o "Sobrado de Josefa Pereira". Os debates e lutas políticas desenroladas na Câmara Municipal desde 1895 contribuíram para que se mantivessem ignorados os dramas e as lutas familiares de que foi o sobrado palco no passado. Esses conflitos refletiam a mentalidade, os costumes e até a configuração social da época. Josefa Pereira, mesmo sem ter ficado na história pela fama de sua beleza e pelos seus feitos heróicos, foi protagonista do que poderia ser uma das primeiras manifestações contra o racismo em Araxá.

Acreditamos que o sobrado tenha sido construído por Desidério Mendes dos Santos, marido de Josefa, em algum momento entre a segunda e a terceira décadas do século XIX. Como a maioria dos primeiros povoadores, Desidério chegou a Araxá junto com os pais e irmãos, provenientes de Tiradentes (antiga Villa de São José de El Rei), atraídos pelas terras fartas e ainda incultas do Sertão dos Araxás.

Era filho de Felizarda Clara de Santa Anna e do Cap. Manoel Mendes dos Santos, grande proprietário de terras. Em

1816, deixou dentre outras propriedades rurais, três sesmarias (Marmelo, Santo Antônio e Galheiro) medindo cada uma três léguas de comprimento por uma de largura.

Josefa Pereira da Silva nasceu em Desemboque e era filha do Cap. Manoel Gonçalves da Silva e Anna Pereira (filha natural de Clara Crioula). Ser neta de Clara Crioula teve repercussão anos mais tarde, quando Josefa se viu envolvida no processo judicial em torno do inventário do marido.

O TESTAMENTO

Foi nesse inventário realizado em 1839 que, pela primeira vez, ouvimos falar no sobrado da praça da Matriz. Os autos do processo que o precederam foram algumas das principais fontes desta pesquisa.

Em 1838, Desidério Mendes estava gravemente enfermo quando decidiu legalizar sua união com Josefa, companheira de muitos anos e com quem tivera um filho (falecido em criança). Alegando estar em seu "perfeito juízo", Desidério fez seu testamento e nomeou a esposa testamenteira e herdeira de sua terça. De acordo com a lei em vigor, após o falecimento de uma pessoa, além do cônjuge, os parentes ascendentes (pais)

tornam-se herdeiros naturais na inexistência de filhos. Este foi o caso de Desidério que não tendo filhos, teve seu patrimônio dividido entre a mãe e a esposa. E aí começaram os problemas. Incorporada com a parte que lhe coube, Felizarda Clara iniciou um processo judicial tentando anular os direitos da nora. Argumentava ser o casamento ilegal por ter sido realizado quando seu filho estava muito doente e não podendo por este motivo, consumá-lo. Amparando-se na lei que não considerava herdeiros os membros de um casal que não tivessem sua união legalizada, reivindicava para si, toda a herança. Na documentação que este processo gerou, está o documento que consideramos o pivô desta história, pois ele nos fala da consciência que Josefa tinha dos seus direitos perante a lei, como cidadã, independentemente de sua raça ou cor.

O PROCESSO

Tencionando adiar mais uma vez o início do inventário, o procurador da autora do processo enviou um despacho ao juiz e, não encontrando outro qualificativo, refere-se a Josefa como "mulher parda" uma vez que o de esposa lhe era inadmissível.

Na resposta feita através de seu procurador, Josefa solicita ao juiz a retirada destas palavras consideradas por ela desnecessárias e injuriosas alegando "...que suposto se não queira insinuar huma Europea toda via muito aprecia os direitos de cidadã Brasileira com cujo título sobre maneira se honra ..."

Ao fazer alusão à cor parda da ré, conseqüência da condição escrava de seus ancestrais, o procurador da autora, Luís Rodrigues Alves infringiu de alguma forma o artigo 241 do Código Penal pois, invocando o mesmo, o procurador de Josefa requereu do juiz a suspensão pelo período de 8 a 30 dias das atividades do autor do "artigo injurioso" e o pagamento de uma multa estipulada em torno de 4 mil a 40 mil réis.

A conotação racista que foi dada ao processo pela família de Desidério somente eclodiu quando os seus interesses financeiros foram contrariados, visto que durante anos as duas famílias mantiveram relações amistosas. Porém, acreditamos que a cor e

a origem de Josefa deveriam incomodar não só a família do marido como também aos setores abastados da sociedade que não gostariam de vê-la proprietária e instalada num dos principais sobrados no lugar mais importante da Vila.

A HERDEIRA

Acreditamos também que a reação por parte da ré foi um fato inédito se lembrarmos que estamos falando de Araxá na primeira metade do século XIX quando, no Brasil, a escravidão negra estava em pleno vigor. Por outro lado, a situação da mulher não só na sociedade como perante a lei era extremamente desvantajosa e a sociedade como um todo pouca ou nenhuma noção tinha de seu direitos civis. O importante disso não foi tanto a resposta do juiz e sim a atitude de uma mulher que, bem assessorada, estava ciente de que a questão em julgamento era seus direitos como herdeira e não a sua origem, raça ou cor.

Poderíamos identificar nesse episódio uma das primeiras manifestações contra o racismo e quem sabe até como a primeira em favor dos direitos humanos em Araxá?

A título de informação, o juiz João José Carneiro de Mendonça declarando-se imparcial, manteve a data prevista de 25 de fevereiro de 1839 para o início do inventário.

Por decisão do juiz, o casarão da esquina da praça da Matriz com a rua das Gerais (também chamada de rua da Direita e do Comércio) avaliado em 4 contos e 500 mil réis tornou-se o "Sobrado de Josefa Pereira".

Tudo indica que mais tarde o sobrado tenha sido dividido em duas partes. Uma, onde morava Josefa e a outra onde morava seu sobrinho Sotero Ribeiro Rosa, delegado de polícia e um dos autores do processo movido contra os líderes do movimento liberal de 1842.

OUTROS PROPRIETÁRIOS

Neste mesmo ano, Josefa, em testamento, o nomeou herdeiro universal de seus bens e, na ausência dele, seus filhos e herdeiros. Por este motivo, em 1854, com a morte de Josefa (tendo já falecido o seu sobrinho) o sobrado foi herdado pelos filhos de Sotero e foi

avaliado em 3 contos e 500 mil réis.

No período entre 1855 e 1860, Matheus, Joaquim, José Sotero, Maria Claudina e Anna venderam separadamente suas partes a Elias Antonio de Ávila e a seu sogro Bartholomeu Ferreira da Silva.

Entre 1861 e 1863 Elias vendeu suas partes no sobrado para seu sogro. Este por sua vez, adquiriu de Thomás Fernandes Martins, morador no Rio de Janeiro, o restante, comprado de outros herdeiros de Sotero. Junto com o imóvel adquiriu-se também a mobília, motivo pelo qual acreditamos que a partir de então, o casarão tenha passado a ser residência da família Ferreira em Araxá. Com a morte de Bartholomeu Ferreira ocorrida em 1872, sua filha Francisca de Paula e Silva (casada com Elias Antônio de Ávila) herdou o sobrado, estranhamente avaliado em apenas 1 conto de réis. A estranheza se justifica ao sabermos que só as partes compradas de Thomás Fernandes Martins e José Sotero somavam 850 mil réis. Isto nos leva a acreditar num possível subterfúgio visando a diminuir as taxas e impostos sobre imóveis e heranças. O mais interessante ainda é que 20 anos depois, em 1893, o imóvel foi novamente avaliado em 3 contos e 500 mil réis quando sabidamente Araxá atravessava uma de suas piores crises econômicas.

A CÂMARA MUNICIPAL

É bem possível que durante esses vinte anos em que pertencera ao casal Elias e Francisca o sobrado tenha passado por reformas e melhoramentos que o valorizaram. Mas o fato é que, em 1895, seus herdeiros (filhos, genros e netos) o venderam à Câmara Municipal pelo preço de 6 contos de réis.

A partir desse ano, o antigo "Sobrado de Josefa Pereira" tornou-se a sede do governo em Araxá. Além das atividades políticas, o prédio abrigou no período de 1895-1897 o Colégio São Luiz, de instrução secundária.

Com a criação da prefeitura em 1915 o prédio do legislativo passou também a sediar o executivo municipal e manteve essas duas funções até 1977 quando a Prefeitura se transferiu para a rua Presidente Olegário Maciel.

Hoje, o velho sobrado continua sendo a sede da Câmara Municipal, entretanto existe um projeto que pretende transformá-lo em Museu Histórico da cidade.

Fonte:

- Arquivos Cartoriais;
- Cartório de 1º e 2º Ofício de Notas
- Secretaria da 1ª Vara Judicial
- Arquivos da Câmara Municipal



AS SESMARIAS

O COMEÇO

O ponto de partida para qualquer pesquisa sobre como se deu o processo de ocupação da terra pelo homem branco, na nossa região, tem necessariamente que partir de documentos relacionados à concessão e demarcação das sesmarias.

Mesmo que a ocupação de fato das terras quase sempre precede a obtenção dos títulos ou cartas de sesmarias, estes documentação são peças chaves na pesquisa, já que, no passado, garantiram e legitimaram a posse de direito das terras e, no presente é através deles que podemos estudar a forma e a dinâmica em que esta se processou.

A concessão de sesmarias era o chamariz com que a administração colonial portuguesa acenava aos colonos que se dispusessem a transladar-se e permanecer nas colônias com o objetivo de promover a sua ocupação e a possível produtividade das mesmas.

Estas concessões implicavam algumas obrigações como o pagamento de dízimos a ordens religiosas e, ainda, estavam sujeitas a outras condições. Mesmo assim podemos considerá-las vantajosas para os que as obtinham, principalmente se levamos em conta as suas dimensões.

No período em que foram feitas as primeiras doações na região, vigoravam as dimensões estipuladas na Carta Régia de 27 de dezembro de 1695: 3 léguas de comprimento por 1 de largura de terra para as sesmarias de cultura e criação, e 1 légua quadrada para as de mineração.

AS CONDIÇÕES

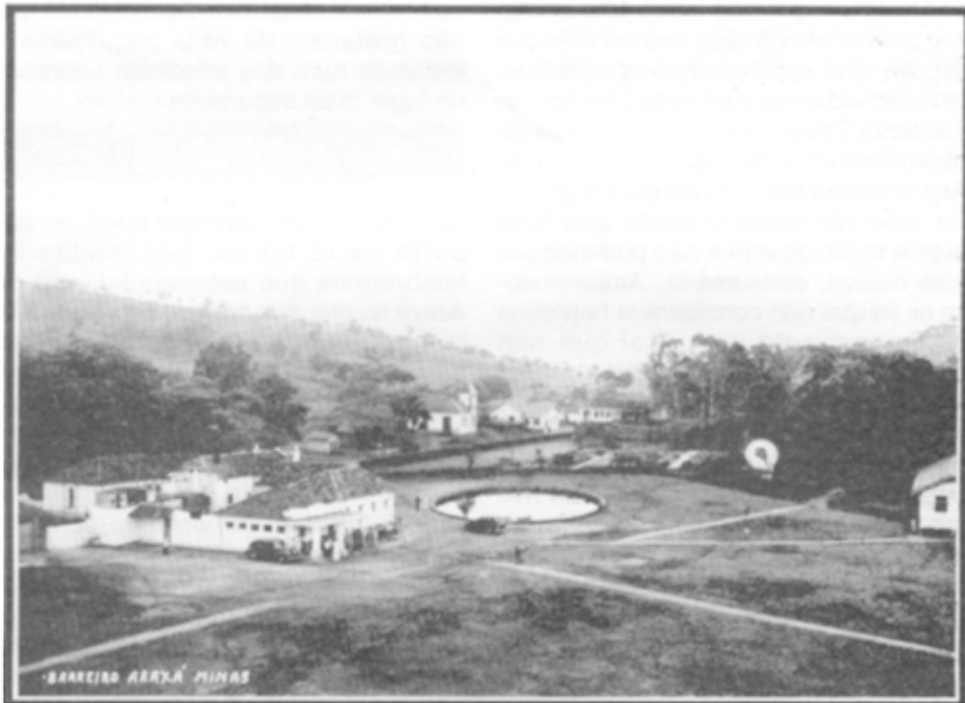
Em números atuais isto equivale a 18 km de comprimento por 6 km de largura, totalizando 108 km² de terra no primeiro caso, e 36 km² no segundo.

Entre as condições impostas aos donatários dos títulos, estava a de medir e demarcar suas terras em prazos que iam de 1 a 2 anos, a partir da data de emissão dos mesmos.

Por outro lado estes títulos deviam ser submetidos à confirmação por parte do Conselho Ultramarino, dentro de um prazo de 4 anos.

Foram poucos, dentre os exemplos que temos em nosso arquivos, os que se ajustaram à primeira condição.

Sendo a medição e a demarcação um



Antigo Balneário. 1920/1930. FCCB/SPH. 00315. Doação de Lourdes Zema

processo demorado e dispendioso pela burocracia que o cercava e pelos custos que o oneravam, (incluindo-se aqui desde os registros dos títulos até os honorários dos juizes de sesmarias e oficiais de medição) é provável que os sesmeiros considerassem arriscados proceder às ditas medições, sem terem antes seus títulos devidamente confirmados pelas autoridades competentes de metrópole.

MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO

A operação de medição e demarcação das sesmarias era realizada obedecendo-se a um protocolo que incluía, em primeiro lugar, a convocação dos vizinhos das terras a serem demarcadas. Essa convocação era feita pelo juiz das sesmarias.

Os vizinhos acompanhavam, pessoalmente ou através de representantes, todo o processo de medição, e sua presença era necessária para se prevenir a invasão das propriedades já demarcadas. Contudo estas invasões propositais ou acidentais eram frequentes, tendo em vista a precariedade das divisas. Os arquivos estão repletos de denúncias, processos e litígios envolvendo estas terras.

A seguir, o juiz, devidamente paramentado com as insignias de seu cargo, tomava o juramento sobre os Evangelhos, do "piloto", o oficial encarregado da medição e de seu ajudante. Logo após era feito o exame do agulhão

(bússola) e da corda que devia medir 10 braças e 10 palmos de comprimento, instrumentos utilizados na medição.

Finalmente, no local escolhido pelo sesmeiro e diante das testemunhas, das autoridades e do escrivão, era colocado o "marco pião" no centro da propriedade a partir de onde se realizava a medição das terras em direção aos diferentes pontos cardeais.

AS REFERÊNCIAS

Eram usados como referências os acidentes geográficos, como morros, espigões e serras, assim como rios e córregos encontrados dentro dos limites das 3 léguas quadradas. Nos quatro cantos da propriedade eram fixados "marcos" ou placas de madeira nativa ou pedra com um "S" de sesmaria gravado na face virada em direção à seguinte marca.

Em cada uma dessas etapas, assim como na implantação de cada um dos marcos, era lavrada uma ata pelo escrivão do Julgado ao qual pertenciam as terras, que estavam sendo medidas. Um bom número das atuais cidades da região nasceram como simples arraiais e, com frequência, em torno de uma ermida ou capela, em terras de sesmarias.

Já que entre as condições impostas pelas autoridades eclesiásticas para autorizar a ereção de uma capela estava a que obrigava a mesma ou a Irmandade que requeria sua construção, a dotá-la

de um patrimônio próprio, esse patrimônio era quase sempre formado por terras obtidas, evidentemente, através de doações dos próprios colonos. Um exemplo típico é Araxá cujas autoridades, até pelo menos 1906, pagavam 1 conto de réis por ano ao patrimônio da Igreja Matriz de São Domingos, pelo arrendamento das terras onde estavam construídas a Câmara Municipal e a cidade.

ARAXÁ

Araxá nasceu, com certeza, em torno da Capela que recebeu como patrimônio uma doação de terras feita por Alexandre Rodrigues Gondim dentro dos limites da Sesmaria do Barreiro.

Existem vagas referências, porém nada de concreto foi localizado, sobre a existência desta capela e, ao que tudo indica, foi só a partir de 1791 com a elevação de Araxá à Freguesia que começou a construção da antiga Igreja Matriz de São Domingos.

A Carta de Sesmaria do Barreiro foi concedida em 27 de outubro de 1782 a André Carvalho de Matos, Francisco Gonçalves Pacheco, Antonio Pereira, Joaquim Ferreira e Martinho Monteiro.

O fato de uma só sesmaria ser concedida a tantos sócios era algo incomum. O comum era exatamente o contrário: um só sesmeiro tentar e obter várias sesmarias, valendo-se para isto de diversos subterfúgios para burlar as leis, como testas-de-ferro que, imediatamente após obterem o título, o

"cediam" para outro sesmeiro. Entretanto esse fato já denunciava a importância que representava, não só para os sesmeiros como para todos os criadores da região, a existência de fonte tão rica de sais minerais.

Para reforçar suas pretensões e garantir a posse das terras onde se achavam as fontes, os sesmeiros fizeram anexar ao seu requerimento de sesmaria uma justificação judicial onde constava serem eles os "primeiros descobridores" das fontes, solicitando, por este motivo, o direito de realizar a medição das suas 3 léguas quadradas, tendo as fontes como centro ou marco pião.

A DOAÇÃO

A Sesmaria do Barreiro foi medida e demarcada em 1785 e, praticamente, desde o início esteve sujeita a litígios e pendências judiciais.

Logo após a morte do sócio Joaquim Ferreira, sem testamento e herdeiros, seu irmão José Ferreira tentou apossar-se da sua parte na sesmaria. Os outros sócios então requerem a realização de um inventário "... tendo em vista a qualidade da paragem e circunstâncias do bebedouro salitrado..."

A parte do sócio falecido foi avaliada em 180 mil réis, equivalentes a 150 oitavas de ouro, e foi levada a arrematação pública em 27 de abril de 1790.

É bem possível que tenham sido estas as terras adquiridas por Alexandre Rodrigues Gondim para dotar como

patrimônio a Igreja Matriz de São Domingos.

Em 24 de janeiro de 1824 esta doação foi ratificada pela sua viúva D. Anna Maria de Jesus, visto que o documento original tinha desaparecido.

De acordo com a doadora, este patrimônio consistia em 1/4 de légua quadrada e tinha sido adquirida pelo seu marido pelo preço de 200 mil réis e "... voluntariamente por nós ambos dadas para Patrimônio da Ig^a. de S. Domingos do Araxá..."

O desaparecimento do documento original chama a atenção pelo fato de não constar no testamento de Alexandre Gondim nenhuma doação feita à Igreja e, sim, apenas uma propriedade no Largo da Matriz que ia desde a cadeia até "... as casas do Alferes Antonio José da Silveira ..." e que foi obrigado a vender para pagar ao vigário uns funerais, pedindo aos seus herdeiros que reconhecessem "... a dita venda por firme ...".

Encontra-se disponível nesta Fundação uma relação dos títulos de Sesmaria, originais ou cópias (translados) extraídos dos arquivos judiciais atualmente sob a nossa guarda.

Esta relação inclui, além do nome do sesmeiro e da localização da sesmaria segundo a topografia da época, algumas outras referências que possibilitam a sua localização na atual divisão política da região.

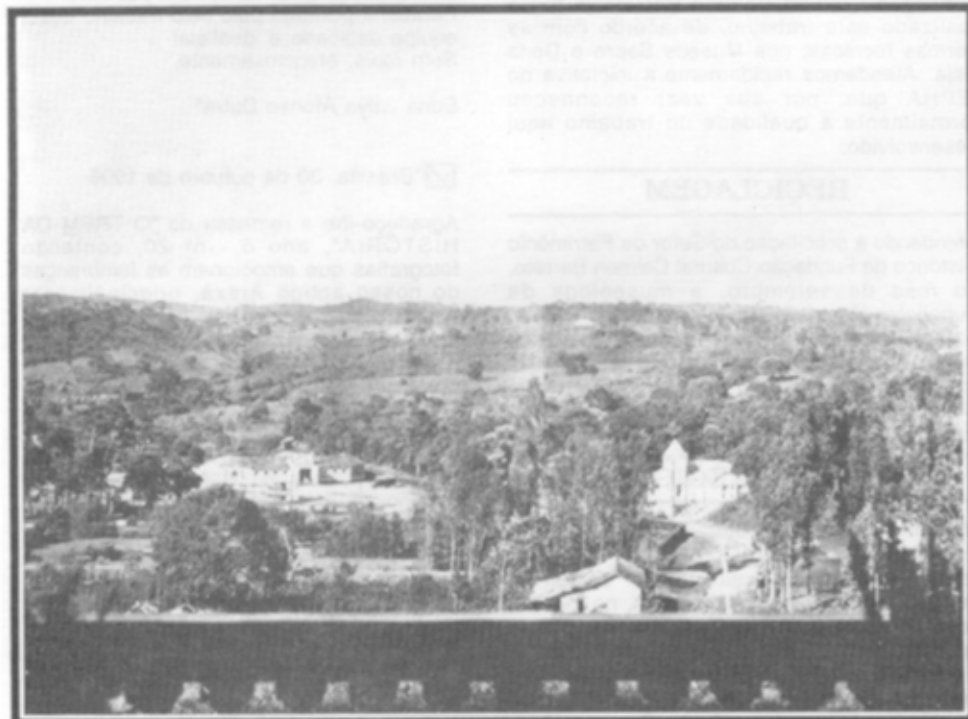
A maior parte das sesmarias à época da concessão pertenciam à jurisdição do Julgado de Desemboque e outras, após 1811, ao Julgado de Araxá. Praticamente todos os sesmeiros, com exceção de dois ou três declaravam em seu requerimento, serem moradores do Julgado de Desemboque.

Bibliografia:

- Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Fascículos III e IV, Julho a Dezembro de 1904.
- Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Vol. 1 e 2, 1988.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. História de Minas, Belo Horizonte, Editora Comunicação, 3º volume, 1979.
- BUARQUE, Sergio de Holanda. História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Editora Difel, 1º volume, 1982.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, Promoção da Família Editora, 1971.

Fonte:

- Arquivo da Secretaria de Justiça da 1ª Vara. Caixas 1 a 33.



Antigo Balneário vendo-se a Casa de Banhos e a Sub-estação de eletricidade. 1926/1930
FCCB/SPH. 00681. Doação de Tamara Orleanska Ribeiro

FAZENDO HISTÓRIA

MUSEU DONA BEJA I

O Museu Dona Beja abriu seu espaço destinado às exposições de artes, por várias vezes durante o ano.

De abril a dezembro mostraram seus trabalhos: Armando Marchiori, Cordélia Barreto, Marisia Pereira, Fernando Barreto, professores e alunos do Curso de Artes da UFU em coletiva (de Araxá, Tancredo Borges Guimarães), Valéria Martins Reis e Maria Márcia Nascimento Leffers com o projeto desenvolvido no CAIC denominado Oficina de Artes, Educação para o Trabalho.

MUSEU DONA BEJA II

Em cerimônia especial o Museu Dona Beja comemorou mais uma etapa da sua campanha permanente de ampliação de acervo. Desta vez foi oficializada a doação do piano que pertenceu a D. Carmosina Guimarães. Foram apresentados números musicais pelo Grupo Ars Liber (na flauta: Ana Maria, Mercedes, Maria Cristina, Juliana e Maria Leonor Teixeira Lemos ao piano), Sílvia Maneira Zappulla (flauta) e Lygia Cardoso Maneira (piano), Ariles Aparecida Cruz e Henrique Natal Vieira (canto) e Maria Ângela de Azevedo Bittar (piano).

MUSEU DONA BEJA III

Na mesma noite o COMTUR - Conselho Municipal de Turismo e Cultura repassou oficialmente ao Museu Dona Beja os objetos que pertenceram a Anna Jacintha de São José. Eles foram adquiridos de D. Haidezita Braga Jacob, tetraneta de Dona Beja e, a partir de agora, estarão incorporados definitivamente ao acervo do Museu.

DOCUMENTAÇÃO

A Juíza de 1ª Vara da Comarca de Araxá, Dra. Maria Cristina Cunha Carvalhaes, autorizou a transferência dos documentos mais antigos do Fórum para a Fundação Cultural Calmon Barreto. O Setor de Patrimônio Histórico faz adaptações no seu espaço para poder contar com a guarda desse valioso arquivo.

ARTESANATO

A Fundação Cultural Calmon Barreto, através da Supervisão de Artesanato coordenada por Terezinha Oliveira Lemos, realizou de 13 a 25 de agosto, no Clube Araxá, a Mostra "TRAMAS E CORES" com exposição de tapetes Killin, colchas, toalhas e demais peças produzidas na sua oficina de tecelagem.

ARTESANATO II

Nos dias 25 e 26 de setembro, a Fundação Cultural Calmon Barreto realizou, também através da Supervisão de Artesanato, uma exposição no SESIMINAS/ARAXÁ, com peças de sua produção.

ARTESANATO III

Até meados do mês de dezembro, serão entregues para a Igreja de São Sebastião as novas toalhas para os altares e os tapetes confeccionados na oficina de tecelagem da Fundação Cultural Calmon Barreto.

CURSOS LIVRES

Sob a coordenação da Supervisão de Artesanato e Cursos Livres, a Fundação Cultural Calmon Barreto expôs no Clube Araxá, de 21/11 a 05/12/96 os trabalhos - óleo sobre tela - dos alunos do Curso de Pintura ministrado pela professora Vânia Borges Mesquita.

VIOLÃO E PIANO

A Escola Municipal de Música Maestro Elias Porfírio de Azevedo promoveu, em novembro, concursos de violão e piano entre os alunos. Como importante recurso didático esses eventos envolveram, também, pais, professores e funcionários.

A PADROEIRA DA MÚSICA

No dia de Santa Cecília - 22 de novembro - a Escola de Música inaugurou a sua biblioteca com um acervo musical doado pela família da professora de música Moyara Ribeiro Ferreira, de Belo Horizonte. Na mesma data, a banda de música fez uma apresentação na Escola e o Grupo de Seresta - Música na Janela - apresentou-se na Câmara Municipal.

ENCERRAMENTO

Como acontece todos os anos, a Escola de Música encerrou os trabalhos do ano no dia 3 de dezembro de 1996, no Clube Araxá, com a participação de todos os alunos, professores e direção.

INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS

No mês de julho deste ano o IEPHA de Minas Gerais convocou os municípios mineiros a participarem da adoção de medidas de proteção dos seus acervos de bens culturais móveis, notadamente de imagens e peças sacras. Para isto, sugeriu a execução de um INVENTÁRIO, instrumento eficaz que permite o conhecimento e o controle das peças aqui existentes. Há 4 anos, o Setor de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto já havia realizado este trabalho, de acordo com as normas técnicas, nos Museus Sacro e Dona Beja. Atendemos rapidamente a iniciativa do IEPHA que, por sua vez, reconheceu formalmente a qualidade do trabalho aqui desenvolvido.

RECICLAGEM

Atendendo à solicitação do Setor de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto, no mês de setembro, a museóloga da Superintendência de Museus de Minas Gerais, Josenira Monteiro de Souza, esteve no Museu Dona Beja prestando assessoria técnica. Na ocasião, foi hospedada gentilmente no Hotel Colombo, graças ao gesto de apoio à Cultura manifestado pelo seu gerente, Walter Ogawa.

ARQUIVO REGIONAL

O Pólo Cultural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - POCULTAP - reuniu os representantes da área cultural de vários municípios da região, em Uberaba, no mês de novembro. Na pauta, um assunto de grande interesse para o Setor de Patrimônio Histórico: a criação de um Arquivo Regional. Araxá esteve presente e, como cidade-base, trabalha junto às cidades de sua abrangência: Campos Altos, Ibiá, Pratinha, Pedrinópolis, Santa Juliana e, a partir de agora, Perdizes e Tapira.



REGISTRO DE DOAÇÕES

Nossos arquivos foram enriquecidos com as seguintes doações:

- Estatuto do Clube de Xadrez de Araxá, doado por Arthur Rosa datado de 28 de julho de 1940.
- Livros sobre variados assuntos doados por Regina Afonso Teixeira, pela família de Ulton José da Silva e pela agência local do Banco do Brasil.
- Revista Triângulo Mineiro Ilustrado, nº 2, datada de janeiro de 1955 que traz matérias e anúncios comerciais de Araxá, doada por Façal Tannús.



Cartas dos Leitores

*Jacarei, 11 de setembro de 1996

É com muita satisfação que acuso o recebimento de "O Trem da História" - ano 6, nº 19.

Tal amabilidade só poderia vir mesmo de gente como vocês, mineiros desta cidade linda e aconchegante, para a qual já viajei quatro vezes e pretendo visitar outras tantas, e na próxima visitarei novamente a Fundação. (...)

Informo também que muitas pessoas daqui que ainda não tiveram a oportunidade de visitar Araxá, além de fotografias que faço, conhecem um pouco da história através destes jornais que tão amavelmente me são enviados.

Um grande abraço a vocês e Parabéns! Até breve.

Vilma da Silveira*

*Santo André, 30 de outubro de 1996

Foi com uma alegria enorme que recebi o exemplar de nº 20 do "O TREM DA HISTÓRIA"! Gostaria imensamente de receber os números anteriores (...)

Recebi também com prazer o fato desta Fundação contar com um Boletim Informativo tão bem elaborado e com tanto esmero e minúcia de dados. O resgate de nossa história nos coloca embasados e cientes de nossas raízes - não somos um acaso da história - temos um passado! Parabéns portanto pelo belo trabalho desta equipe dedicada e idealista! Sem mais, atentiosamente,

Edna Jalva Afonso Dutra*

*Brasília, 30 de outubro de 1996

Agradeço-lhe a remessa do "O TREM DA HISTÓRIA", ano 6 - nº 20, contendo fotografias que emocionam as lembranças do nosso antigo Araxá, principalmente quanto pintadas por Almeida Carvalho que andava pelas fazendas reproduzindo em suas telas as casas antigas de estilo colonial, em troca de bezerras que nunca procurava. Era um genial artista que muito merece as nossas homenagens. Lá mesmo na fazenda de meu pai, hoje de Jamil Raje, deixara a pintura de nossa velha casa, salvo engano, ali pelo final da década dos trinta ou começo da de quarenta. (...)

Quero também dizer-lhe que apreciei imensamente o conteúdo do Boletim em pauta, à altura dos anteriores já elaborados no mesmo nível de pesquisa e cuidado ortográfico.

Cordiais saudações
subscrevo-me

Ângelo D'Ávila*